



Departamento Nacional de Produção Mineral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Setor de Autarquia Norte - SAUN Quadra 01 Bloco B Sala 313-B, Edifício DNPM SEDE - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70041-903

Telefone: (61) 3312-6825 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.dnpm.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2018

PROCESSO Nº 48400.701416/2017-19

MINUTA

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**, Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 00.381.056/0001-33, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco B, Brasília-DF, CEP: 70041-903, a seguir denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, o Senhor **VICTOR HUGO FRONER BICÇA**, geólogo, portador da carteira de identidade nº. 49.767.330, expedida pela SSP/SC e CPF nº. 262.571.900-10, nomeado por intermédio do Decreto da Presidência da República, de 29 de junho de 2016, 195º da Independência e 128º da República, publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2016, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XX/2018, em ____/____/2018, nos termos do Processo Administrativo nº 48400.701416/2017-19, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666/93 e alterações e no Decreto nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014), segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição de **Etiquetas Térmicas Adesivas**, para suprir o Almoxarifado do DNPM-SEDE e Superintendências, cujos fornecedores, quantitativos, especificações e preços foram previamente definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao Órgão não participante a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Integra a presente Ata de Registro de Preços o **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**, localizado em Brasília/DF, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

2.2. Não poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, de acordo com o item 15 do Edital.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO DNPM**

3.1. O DNPM, obriga-se a:

- 3.2. Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- 3.3. Convocar os particulares, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e envio da nota de empenho aos fornecedores;
- 3.4. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- 3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- 3.6. Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- 3.7. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes, se houver, possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
- 3.8. Coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes, se houver;
- 3.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação na presente ARP.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
- 4.2. Assinar a ARP no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, no que couber; podendo ser prorrogado por igual período nos termos do Art. 64, § primeiro da Lei 8666/93;
- 4.3. Entregar os materiais solicitados nos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do edital de licitação, pregão eletrônico nº XX/2018);
- 4.4. Fornecer os materiais conforme especificações, marcas e preços registrados na presente ARP;
- 4.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **DNPM** referentes às condições firmadas na presente ARP;
- 4.6. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontre-se vencidas;
- 4.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
- 4.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- 4.9. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos diretos, indiretos, tributos, frete e etc. com referência ao produto entregue, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tais pagamentos;
- 4.10. Manter durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.11. Arcar com as despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A presente Ata de Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua divulgação no SIASG, não podendo ser prorrogada.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços, as quantidades, o (s) fornecedor (es) e as especificações dos materiais registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA						
CNPJ			FONE/FAX:			
END:			E-MAIL:			
MATERIAL EXPEDIENTE						
ITEM	MATERIAL	MARCA	UN	QUANT	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
01	Etiqueta Adesiva em papel térmico cor branca largura 106 mm, comprimento 48 mm aplicação impressão por termotransferência formato retangular características adicionais com 01 coluna cada rolo contendo 500 etiquetas, compatível com as impressoras ZEBRA TLP 2844 e SATO CG 408tt,. A requisição mínima de será de 500 rolos de Etiquetas.		Rolo	2000		

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Definitivo e do recebimento da documentação fiscal da empresa (Nota Fiscal/Fatura Discriminativa) atestada pelo setor competente.

7.2. O pagamento será creditado por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência, com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado.

7.3. Caso haja incorreção no faturamento/nota fiscal, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e o prazo de pagamento reiniciado, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

7.4. A Fatura deverá ser emitida pela própria fornecedora, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato.

7.5. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços.

7.6. Serão retidos na fonte, caso seja pertinente, os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.

7.7. Será verificada, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da empresa **FORNECEDORA** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, CADIN e CNDT e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.8. Constatada a situação de irregularidade no SICAF, CADIN e CNDT, a fornecedora será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo **DNPM**.

7.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se

fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

8.1. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o **DNPM**, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

9. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

9.1. Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8666/93.

9.2. O pedido de prorrogação deve ser formulado antes de findar o prazo de entrega e em conformidade com o art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

10. CLÁUSULA DEZ – DA REVISÃO DOS PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da lei nº 8.666/93.

10.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve a seu custo, cabendo ao **DNPM** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

10.3. Ocorrendo majoração no preço registrado, deverá o fornecedor requerer, em tempo hábil, o devido reajuste antes de ser efetuado o pedido do objeto por parte da Administração, mediante a emissão da competente nota de empenho.

11. CLÁUSULA ONZE – DO RECEBIMENTO DOS ITENS

11.1. Para efeito de verificação da conformidade do material entregue, esta Seção judiciária efetuará o recebimento da seguinte forma:

11.2. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto deste instrumento com as especificações constantes na proposta de preços apresentada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua entrega pelo fornecedor.

11.3. **Definitivamente** – mediante atesto na (s) Nota (s) Fiscal (ais), depois de decorrido o prazo fixado para o recebimento provisório e em sendo aceito o bem entregue, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente. Os materiais serão rejeitados, caso não estejam em conformidade com a proposta apresentada.

12. CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

12.1. O **FORNECEDOR** terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

12.1.1. Por iniciativa da Administração, quando:

12.1.2. Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

12.1.3. Recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

12.1.4. Der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

12.1.6. Não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

12.1.7. Não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

12.1.8. Em razões de interesse público, devidamente justificadas.

12.1.9. Por iniciativa do próprio **FORNECEDOR**, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **DNPM**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

12.2. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do **DNPM**.

13. **CLÁUSULA TREZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito a ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no Capítulo IV, Seção II, artigo 86 a 88, da Lei nº. 8.666/93, com suas alterações e das demais cominações legais.

13.2. Além do previsto no parágrafo anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a Adjudicatária venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência, nos termos da Lei;

b) Multa de mora de 0,067% (sessenta e sete milésimos de ponto percentual) do valor do total da Ata, por dia de atraso e limitados ao trigésimo dia, no caso de descumprimento dos prazos desta Ata, limitada à parcela do objeto em atraso;

c) No caso de atraso na entrega da garantia, a multa será calculada em função do valor da garantia;

d) Multa compensatória de 2% (dois por cento) do valor total da Ata por infração de qualquer cláusula ou condições pactuadas, exceto pelo descumprimento dos prazos, respeitados os limites que caracterizem efeitos confiscatórios;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 5 (cinco) anos, pelo motivo de não assinar a

Ata; deixar de apresentar documentação exigida ou apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução da Ata; comportar-se de modo inidôneo; fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; cometer reincidência a infração cumulada com inércia no atendimento das determinações contratuais;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **FORNECEDORA** ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem “d”.

13.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” supra, poderão ser aplicadas juntamente com a letra “b” ou “c” facultada à prévia e ampla defesa da **FORNECEDORA**, no prazo de 05 (cinco) dias depois do recebimento da notificação.

13.4. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Administração, observadas, porém o direito a prévia e ampla defesa por parte da **FORNECEDORA**.

13.5. Sanções referidas nas alíneas “a” e “b” desta Cláusula serão aplicadas pela Autoridade Competente, garantida a ampla defesa e o contraditório.

13.6. Das penalidades aplicadas caberá RECURSO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observados o procedimento estabelecido no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá rever o ato.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de suspensão de licitar, a **FORNECEDORA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

13.8. As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar o seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, independente de notificação, por ocasião de seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação objeto do presente processo, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, no exercício de 2018, ao encargo do Departamento Nacional de Produção Mineral, o Programa de Trabalho nº 22.122.2119.2000.0001; PTRES 137385 – Administração da Sede e Natureza de Despesa 33390.30.16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE.

15. CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF, para processar e julgar as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

15.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, lavrou-se a presente Ata, a qual, depois de lida e achado conforme, é assinada pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia dos Santos, Chefe de Divisão**, em 30/05/2018, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0285782** e o código CRC **8C3E4586**.
